

Planalto acelera o passo para o combate à pobreza

Pablo Pereira
de Brasília

As eleições americanas, os protestos das ONGs em cúpulas (Seattle e Praga) e os frequentes discursos de autocrítica de dirigentes das entidades financeiras internacionais sobre políticas de desenvolvimento regionais criaram nos últimos meses um clima mundial que abre a porta para simulações de novos cenários políticos no Terceiro Mundo. A polêmica sobre o combate à pobreza, embutida no debate, tem alvo claro: a exclusão reduz consumo e diminui mercado. E afeta tudo o que dessa objetiva relação advém — comércio, emprego, estabilidade etc.

O governo brasileiro reagiu às repercussões da semana de Praga. Lá mesmo, o executivo da política econômica nacional nos últimos seis anos, Pedro Malan, atacou posições de líderes do FMI e Bird, críticos de indicadores sociais brasileiros. Esse tema, mais o debate sobre meio ambiente, também tem levado o Brasil a uma posição de cautela sobre a candidatura democrata nos Estados Unidos.

Internamente, o Palácio do Planalto juntou às repercussões de fora com o reflexo das urnas sobre o sentimento de cidadania para tentar fixar a imagem de preocupação com a área social. E na última semana antes da eleição, mandou emissários a campo.

Os técnicos da Casa Civil haviam diagnosticado que as coisas não andavam boas em 14 estados da federação, usando dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Coube à secretária de Assistência Social, Wanda Engel Aduan, dar boas notícias a governadores do Nordeste na última

semana antes de o eleitor usar o título. Wanda Engel assinou protocolo de combate à pobreza no Ceará e no Piauí. A região tem 9 dos 14 estados identificados pelo PNUD como portadores de índices de desenvolvimento humano (IDH) abaixo da média nacional. Educação, longevidade e renda medem a desigualdade nestes rincões. É aquela persistente mancha social à qual o presidente Fernando Henrique Cardoso se referia em entrevista em 1997, citando Joaquim Nabuco. Há quase um século, Nabuco foi o primeiro embaixador brasileiro nos EUA, por obra do Barão do Rio Branco. O Brasil de então tinha população dez vezes menor do que a de hoje.

No Palácio do Planalto, os poucos mais de 27 meses que faltam a Fer-

nando Henrique para completar oito anos de poder aparecem como um tempo suficiente para alterações no quadro de mazelas nacionais. Programas não faltam. "Reforço financeiro e, sobretudo, melhor gestão dos recursos, em ações nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento sócioeconômico devem influenciar positivamente os níveis de condições de vida das populações atendidas por essas ações", diz o texto do documento "Projeto Alvorada, um plano de infra-estrutura social básica para microrregiões carentes". Nos estados nos quais as médias locais estão acima do índice IDH, foram mapeadas as áreas de "bolsões de pobreza" que também serão cobertas pelas ações de governo. O Planalto quer melhorar estes índices

até 2002 usando R\$ 13,2 bilhões, dos quais R\$ 4,7 bilhões são do Fundo de Combate à Pobreza, obra política de Antonio Carlos Magalhães, ainda em gestação no Congresso.

Amanhã, o governo deve prosseguir na campanha, desta vez usando uma das ferramentas objetivas de que dispõe para fomentar o desenvolvimento. FHC autorizou o BNDES a exigir cláusulas sociais nos contratos de financiamento de projetos empresariais. O presidente quer parceria. Quer que as empresas solidariamente compareçam para a solução do déficit de renda. Exigirá contrapartidas de quem for ao caixa do BNDES. Só a arrecadação (recorde) dos impostos, feita pela Receita Federal nos últimos anos, não é suficiente para limpar a nódoa que preocupa o presidente da República.

Disputa pela correção na tabela do SUS

Márcia Quadros
de Brasília

Ainda às voltas com esqueletos de planos econômicos de outros governos — como o FGTS, as cadernetas de poupança bloqueadas no cruzado, as indenizações milionárias por perdas e danos reclamadas pelas companhias aéreas e usineiros de álcool — o governo Fernando Henrique Cardoso já começa a combater intensivamente o primeiro questionamento judicial envolvendo o real. É a correção da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) durante a conversão do cruzeiro real para o real, em junho de 1994.

Mais de 200 hospitais, clínicas e

laboratórios de todo país começaram a reclamar na Justiça, a partir de 1997, um reajuste retroativo de 9,56% na tabela, o que, segundo cálculos do Ministério da Saúde, pode gerar um rombo de R\$ 800 milhões por ano nas contas públicas.

Semana passada, o governo obteve sua primeira vitória importante, considerada uma nova causa de grande repercussão pelo advogado geral da União, Gilmar Mendes. A Advocacia Geral da União (AGU) conseguiu derrubar no Tribunal Regional Federal (TRF), de Porto Alegre, uma sentença da primeira instância gaúcha que havia sido favorável à correção tabela do SUS em

9,56%, retroativa a 18 de agosto de 1999. E isso para todos os hospitais do país vinculados ao SUS.

O problema aí, além da abrangência nacional e do rombo que poderia causar — que, segundo a AGU, só com relação a 1999 chegaria a R\$ 378 milhões — é que a sentença beneficiava diretamente instituições privadas. Pior: amparadas numa ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF). A AGU contestou, sustentando que a sentença estava protegendo interesses individuais de prestadores privados de serviços de saúde, ao invés de proteger o interesse difuso à saúde. Somente nesse caso é que o MP poderia ter agido.